Colégio	Sala	Ordem
00001	0001	0001

Fevereiro/2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário – Área Apoio Especializado
Especialidade Serviço Social

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'J10', Tipo 001	MODELO	TIPO−001

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável preserva os recursos para o futuro.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Há um traço fundamental na história indígena do rio Amazonas, cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região. É um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanha os primeiros duzentos anos da ocupação europeia e que irá resultar, em meados do século XVIII, numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas.

Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos *dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização. Desaparecimento, em sentido étnico, é o termo adequado, e ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu. Neste processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados: a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do povoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre b) a formação de um estrato que chamaremos* neo-indígena*, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica.*

Obs.: ergológico: relativo à ergologia, ramo da etnologia que estuda a cultura material.

(PORRO, Antônio. História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP,1998, p. 175)

1. Entende-se corretamente do trecho acima transcrito:

(A) Os exploradores quinhentistas e dos duzentos anos de vivência na região amazônica não foram competentes ao pesquisar o passado indígena, o que determinou graves equívocos na ocupação europeia.

(B) A existência de um fenômeno demográfico e cultural que se desenvolveu de especial modo estendido, no tempo e no espaço, provocou mudanças relevantes no processo inicial de ocupação europeia na Amazônia.

(C) A migração de certas nações indígenas que habitavam ao longo do rio Amazonas, em busca de melhores condições de sobrevivência, foi concomitante à migração de outros grupos para esse mesmo espaço.

(D) Em processo determinado pelo decurso da colonização, desapareceram nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas e outros grupos de autóctones foram formados, em ato e efeito de aculturação.

(E) O desaparecimento, em sentido étnico, caracteriza-se por despovoamento em larga escala e sucessivo e imediato repovoamento, este em patente escala bem menor do que se teve no povoamento primeiro.

---

2. Infere-se corretamente do texto:

(A) É traço essencial e determinante na história de um povo aquele que ilumina não só o seu passado, mas também o seu presente.

(B) A história de populações autóctones de um país é constituída de poucos fatos de relevo, o que exige percepção apurada daquele que busca entender o passado anterior a um processo colonizador.

(C) Da vivência de duzentos anos de um determinado povo procede naturalmente uma realidade que implica desaparecimento e surgimento de etnias.

(D) Povos que vivem nas margens de rios são predestinados a migrar, quer em sua totalidade, quer de modo parcial e paulatino.

(E) Processos de colonização introduzem padrões de adaptação – no que se refere à distribuição demográfica, ao modo de organização social, ao modo de criar objetos –, porque modelos de comportamento inexistem em grupos autóctones.

---

3. Considerada a norma-padrão da língua, é adequado o que se afirma em:

(A) (linhas 1 e 2) Redação alternativa do segmento *cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região*, que não prejudique nem seu sentido no contexto original, nem a correção gramatical, poderia ser "percepção da qual depende necessariamente o entendimento do passado e do presente da região".

(B) (linha 3) No contexto em que está empregada, a forma verbal *irá resultar* não é adequada, pois a menção a *meados do século XVIII* exigiria o uso de "iria resultar".

(C) (linha 4) A substituição da forma *havia sido observada* por "teria sido observada" não prejudica o sentido original da frase.

(D) (linha 7) A colocação do pronome oblíquo observada em *ver-se-á* é correta; essa mesóclise é restrita ao emprego do futuro do presente.

(E) (linha 9) O emprego do verbo auxiliar destacado em *que não chegam a se reconstituir* indica que haveria a possibilidade de a ação denotada pelo verbo principal ter sido concluída.

4. (parágrafo 2) *e ver-se-á mais adiante <u>de que forma ele se deu</u>.*

Em conformidade com a norma-padrão da língua, substitui-se o segmento destacado por:

(A) o modo que ele ocorreu.
(B) a feição que ele adquiriu.
(C) os traços de que ele revestiu.
(D) o perfil adotado a ele.
(E) o método porque ele se processou.

---

5. Palavras utilizadas no texto motivaram as frases que seguem, que, entretanto, devem ser analisadas independentemente dele. A que se apresenta em conformidade com as normas de concordância é:

(A) Certamente podem ter havido entre os leitores-pesquisadores muitas dúvidas sobre a magnitude do citado desaparecimento de nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas.

(B) Fenômenos demográficos e culturais, em qualquer época da história da humanidade, sempre pôde produzir efeitos insuspeitados, e muitas vezes o fez.

(C) O capítulo evidencia que vários aspectos da história indígena amazonense devem merecer ainda cuidadosa reflexão, porque, apesar da curiosidade que suscita, muito dela ainda permanece obscuro.

(D) Grupos indígenas, principalmente inserido no contexto do rio Amazonas, vem chamando a atenção de pesquisadores de distintas áreas do saber, estudiosos que os julgam detentores de muitos segredos.

(E) Adepto ou não desse entendimento sobre a formação de um estrato neo-indígena, especialistas em etnografia muito se dedicam a interpretar os dados apresentados na pesquisa recém-publicada.

<u>Atenção</u>: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 12.

Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos. Pelas contas do Censo 2000, para uma população total em torno de 170 milhões de habitantes, o Brasil entra no século XXI aproximadamente com 125 milhões de católicos declarados, praticamente três quartos da população residente total.

Quer dizer que no início do terceiro milênio ainda é possível a esse país, o maior e mais populoso da "América católica", continuar ostentando com fundamento em dados estatísticos cientificamente controlados e religiosamente isentos sua histórica posição de nação com hegemonia católica, que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como "o maior país católico do mundo". Tradicionalmente autoaplicado por seus habitantes em conotações que, a bem da verdade, sofrem polarizações e inflexões de toda espécie e grau, que vão do contentamento envaidecido sem ressalvas ao lamento aborrecido sem reservas, a plausibilidade desse superlativo identitário pode estar com os dias contados.

Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias. Esse lento vir a ser, ao mesmo tempo matemático e falastrão, vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural com a introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva, de estranhamentos e distâncias, descontinuidades e respiros no batido ramerrão do imaginário religioso nacional. Com efeito, hoje se assiste em nosso país a um vigoroso movimento de transição demográfico-religiosa *que já assumiu a forma de progressiva migração de contingentes católicos para outras religiões. Ou mesmo para* nenhuma.

(Adaptado de: PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. Companhia das Letras, 2011, p. 472-473)

6. É legítimo afirmar: no texto,

(A) o argumento a favor da demonstração de que o Brasil deixará de ser em breve hegemonicamente católico é sustentado pelos rigorosos dados do recenseamento de 2000 mencionados pelo autor.

(B) é reconhecível o ponto de vista favorável ao fato de os brasileiros assumirem-se como católicos em levantamento demográfico, assunção de identidade que legitima a preservação do título de maior país católico do mundo atribuído ao Brasil.

(C) o emprego das aspas na expressão *"América católica"* sinaliza que, por meio da ironia, o autor censura o apego dos brasileiros a títulos de supremacia, adesão que ele nota até mesmo quando se trata de religião.

(D) admite-se que à expressão *"o maior país católico do mundo"* empregada pelos brasileiros se têm atribuído sentidos distintos, o que justifica o fato de o uso do título estar em extinção.

(E) avalia-se que, sob o fato manifesto e contínuo de brasileiros virem deixando a religião católica, ao migrar ou não para alguma outra, o superlativo que historicamente individualiza o Brasil do ponto de vista religioso está perdendo a razoabilidade.

7. No segundo parágrafo,

(A) a expressão *Quer dizer* introduz exposição mais detalhada do que se apresenta no primeiro parágrafo, esclarecimento realizado sob o padrão da neutralidade científica.

(B) os segmentos *cientificamente controlados* e *religiosamente isentos* subordinam-se diretamente à palavra *fundamento*.

(C) o emprego de *um dia* sugere que a ideia de *desgastado*, atribuída à palavra *título*, teve breve duração.

(D) a caracterização de *conotações* evidencia que os brasileiros, ainda que possam manifestar emoções antagônicas ao fazer uso da qualificação "*o maior país católico do mundo",* o fazem com a mesma intensa adesão ao seu particular sentimento.

(E) o emprego da expressão *a bem da verdade* sinaliza a introdução de uma específica correção, retificação que remete diretamente ao segmento *sua histórica posição de nação com hegemonia católica*.

---

8. (3º parágrafo) *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu.*

Considerado o trecho acima, no contexto em que está inserido, é apropriado afirmar:

(A) As incontestes desigualdades estruturais do Brasil impossibilitam leituras mais pontuais e consistentes acerca da vida dos brasileiros, principalmente no que se refere a seus hábitos religiosos.

(B) A inclusão de uma vírgula depois de *Não obstante* mantém a correção e a clareza da frase, visto que o emprego desse sinal de pontuação, nessa específica formulação, é facultativo.

(C) Em *a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil,* a substituição de *ininterrupta* por "intermitente" mantém o sentido original da frase.

(D) A expressão *nos dias que correm* expressa um fator condicionante.

(E) A locução verbal em que está presente o gerúndio indica uma ação durativa em tempo não marcado.

---

9. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

Propõe-se reescrever o trecho acima eliminando o ponto final e iniciando a frase por "Trata-se de um processo". Uma formulação aceitável, por não prejudicar o sentido e a correção originais, deve conter o seguinte segmento:

(A) ainda que também seja visível a olho nu.
(B) à medida que é visível a olho nu.
(C) sendo, pois, visível a olho nu.
(D) entretanto será visível a olho nu.
(E) quando visível a olho nu.

---

10. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

A única alternativa INCORRETA sobre o trecho acima transcrito, em seu contexto, é:

(A) A expressão *Visível a olho nu,* que constitui caracterização da palavra que a antecede, dá oportunidade para que se introduza outro argumento a favor da ideia expressa por *notório*.

(B) Se o assunto fosse não *um processo*, mas "processos", a correção exigiria a forma "se tratam de processos".

(C) O verbo "haver", na frase, está empregado como indica o seguinte verbete do **Dicionário eletrônico Houaiss**: *transitivo direto* [impessoal] *ter transcorrido ou ser decorrido (tempo)*.

(D) Transpondo a voz passiva presente na frase para a voz ativa, a forma correta a ser grafada é "têm acompanhado".

(E) A retirada da vírgula após a palavra *reiteradamente* prejudica o sentido original da frase.

---

11. O segmento do texto que está traduzido de maneira a não prejudicar o sentido original é:

(A) *Esse lento vir a ser* / Esse fugaz começar a ser o que não era antes.

(B) *ao mesmo tempo matemático e falastrão* / simultaneamente preciso e de superlativa eficiência.

(C) *vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural* / vai paulatinamente atualizando nosso antiquado perfil cultural.

(D) *no batido ramerrão do imaginário religioso nacional /* na surrada e monótona repetição do imaginário religioso nacional.

(E) *introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva /* inserção pontual, mas nem por isso menos avassaladora.

12. A assertiva que a gramática normativa aprova é:

(A) (linha 1) O pronome destacado em *Três em cada quatro brasileiros* ***se*** *consideram católicos* determina que se entenda a frase como equivalente a "Três em cada quatro brasileiros são considerados católicos".

(B) (linha 4) A função do pronome ***esse*** restringe-se a sinalizar que o país referido é aquele que vem anunciado, logo em seguida, como *o maior e mais populoso da "América católica".*

(C) (linhas 6 e 7) Em *que um dia* ***lhe*** *valeu o desgastado título que o aclama como "o maior país católico do mundo",* o pronome destacado tem sentido possessivo, como em "Colocou-lhe no dedo a aliança prometida".

(D) (linha 12) Se, em vez da caracterização original do *processo*, houvesse uma outra formulação, ela estaria correta, por exemplo, assim: "se trata de um processo cujo desfecho dependerão várias religiões".

(E) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que* ***o*** *aclama como "o maior país católico do mundo",* o pronome destacado pode ser substituído por "a ele", sem prejuízo do sentido e da correção originais.

---

13. A redação em que as ideias estão expostas de modo claro e correto é:

(A) Era uma casa que ao redor todos conheciam a história dos últimos moradores, que não era nem totalmente verdadeira ou muito fictícia, mas assombrava quem quer que ouvia o relato.

(B) Várias técnicas práticas foram desenvolvidas desde muitos anos a fim de coleta de informações detalhadas sobre a doença, sendo rara na região, por isso pouco conhecida e divulgada.

(C) Diante de uma trajetória tão movimentada e desafiadora, só se pode, na verdade, admirar a constância com que os refugiados souberam preservar sua coesão e os pequenos rituais que os fortaleciam.

(D) Quanto ao futuro do projeto recém-anunciado e delineado por especialistas da área, situado entre os interesses dos donos da terra e dos assalariados, é evidentemente impossível prever.

(E) O conflito se deu, como visto à exaustão, decorrente do peso sempre crescente dos que protestavam e o contrário, que diminuía, dos defensores das novas normas de organização da empresa estatal.

---

14. Considerada a norma-padrão da língua, a frase que se apresenta correta é:

(A) Sua averção a novidades da tecnologia poderá fazer com que ele pleitee uma transferência para outro setor, em que não precise ser tão desafiado por elas.

(B) Eles reouveram todos os documentos que haviam sido extraviados e espontaneamente ofereceram indenização ao rapaz que os achou e se empenhou em devolvê-los.

(C) Os mais jovens se absteram de votar a favor da mudança de horário, em flagrante oposição ao coordenador da sessão que não conseguiu disfarçar sua decepção.

(D) Com tal quantidade de produtos perecível, ninguém entendeu o porquê de a carga ter sido despachada, em caminhões convencionais, sem refrigeração.

(E) As segunda-feiras, impreterivelmente, o encarregado envia ao grupo de analistas todo o material recebido, cabendo-lhes então, a tarefa de avaliar o quê deverá ser encaminhado ao conselho gestor.

---

15. Considere o enunciado que segue.

Acredito que os interessados se mostram aptos à função para a qual estão se candidatando quando agem com ponderação diante de cada desafio que lhes é proposto, ou seja, reflete-se sobre o caso a ser analisado e procura-se avaliar de forma imparcial os possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo.

Na frase,

(A) nenhuma alteração deve ser feita, pois o conjunto está organizado de maneira clara, mantendo a mesma perspectiva de tratamento do tema e em conformidade com a norma-padrão da língua.

(B) há um equívoco de construção, pois temos dois segmentos preposicionados – *à função* e *para a qual está se candidatando* – em relação de dependência direta com a mesma palavra – *aptos.*

(C) com o intuito de observar-se o paralelismo de construção, seria adequada a substituição de *reflete-se* e *procura-se avaliar* por, respectivamente, "quando refletem" e "quando procuram avaliar".

(D) o segmento introduzido por *ou seja* poderia ser eliminado, pois seu conteúdo é pleonástico, nada acrescentando ao já dito: "ponderar" implica, por si só, a ideia de "refletir" e "avaliar de forma imparcial".

(E) com o intuito de obter a adequada correlação entre as formas verbais empregadas, e notando-se o emprego, na linha inicial, de *se mostram* e *estão*, teria de haver obrigatoriamente a substituição de *estejam* por "estão".

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Alexandre, Breno, Cleide e Débora saíram vestindo camisas do seu time de futebol. Sabe-se que cada pessoa torce por um time diferente, e que os times são: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Vasco, não necessariamente nessa ordem. Cleide é corintiana, Breno não torce pelo Flamengo nem pelo São Paulo, Débora é são-paulina. Sendo assim, conclui-se que Alexandre e Breno, respectivamente, torcem para

(A) Flamengo e Corinthians.

(B) Vasco e Flamengo.

(C) São Paulo e Vasco.

(D) Flamengo e Vasco.

(E) Vasco e Corinthians.

---

17. Em 2015 as vendas de uma empresa foram 60% superiores as de 2014. Em 2016 as vendas foram 40% inferiores as de 2015. A expectativa para 2017 é de que as vendas sejam 10% inferiores as de 2014. Se for confirmada essa expectativa, de 2016 para 2017 as vendas da empresa vão

(A) diminuir em 6,25%.

(B) aumentar em 4%.

(C) diminuir em 4%.

(D) diminuir em 4,75%.

(E) diminuir em 5,5%.

---

18. A altura máxima, em metros, que um guindaste é capaz de içar uma carga é inversamente proporcional ao peso dessa carga, em toneladas. Sabe-se que esse guindaste iça uma carga de 2,4 toneladas a uma altura máxima de 8,5 metros. Sendo assim, se a altura máxima que o guindaste consegue içar uma carga é de 12 metros, o peso máximo da carga, que pode ser içada a essa altura, é igual a 1 tonelada e

(A) 500 kg.

(B) 800 kg.

(C) 600 kg.

(D) 900 kg.

(E) 700 kg.

---

19. Marlene, Jair, Renata, Alexandre e Patrícia fizeram uma prova de um concurso obtendo cinco pontuações diferentes. Sabe-se ainda que, nessa prova:

- Marlene obteve mais pontos do que Alexandre, mas menos pontos do que Patrícia;
- Jair obteve mais pontos do que Renata, que por sua vez obteve mais pontos do que Marlene.

Sendo assim, é necessariamente correto que

(A) Marlene obteve mais pontos do que Renata.

(B) Jair obteve menos pontos do que Patrícia.

(C) Renata obteve menos pontos do que Patrícia.

(D) Alexandre foi o que obteve menos pontos.

(E) Patrícia foi a que obteve mais pontos.

---

20. José Souza, Paulo Almeida e Claudio Prinot são três funcionários que têm que realizar, no total para os três, 72 tarefas diariamente. Cada dia eles escolhem um critério diferente para repartir as tarefas. Por exemplo, no dia de ontem eles decidiram que as 72 tarefas seriam divididas entre eles diretamente proporcional às consoantes do sobrenome de cada um. Sendo assim, ontem Paulo Almeida teve que realizar o total de tarefas igual a

(A) 15.

(B) 12.

(C) 18.

(D) 9.

(E) 24.

21. Para um concurso foram entrevistados 970 candidatos, dos quais 527 falam inglês, 251 falam francês, 321 não falam inglês nem francês. Dos candidatos entrevistados, falam inglês e francês, aproximadamente,

(A) 13%.

(B) 18%.

(C) 9%.

(D) 11%.

(E) 6%.

Noções de Informática

22. Considerando-se que o Windows 7 Professional, em português, está instalado na unidade C de um computador,

(A) não será permitido salvar arquivos na raiz desta unidade, mas somente em pastas e subpastas criadas a partir da raiz.

(B) clicando-se com o botão direito do *mouse* sobre esta unidade, será possível acessar uma opção para particionar (dividir) o disco.

(C) será permitido formatar esta unidade a partir do Windows, porém, todos os arquivos e pastas serão apagados e não poderão ser recuperados.

(D) se uma pasta que contém 9 MB em documentos for apagada do HD, ela será enviada para a lixeira e poderá ser posteriormente recuperada.

(E) a pasta onde o Windows está instalado ficará oculta e não poderá ser acessada, para evitar que arquivos importantes sejam apagados.

---

23. Considere a planilha abaixo, digitada no Microsoft Excel 2010 em português, ou no LibreOffice Calc versão 5, em português. Os dados da planilha são, hipoteticamente, de despesas com diárias pagas a magistrados, em Outubro de 2016.

	A	B	C
1	Favorecido	Mauro da Silva	André Alves
2	CPF	469.725.804-03	430.882.465-70
3	Cargo	Desembargador	Juiz
4	Origem	Manaus	Manaus
5	Destino	Brasília	Brasília
6	Data Partida	19/10/2016	19/10/2016
7	Data retorno	23/10/2016	22/10/2016
8	Motivo	Seminário	Seminário
9	Meio de Transporte	Avião	Avião
10	Processo	79/2016	780/2016
11	Portaria	794/2016/SGP	797/2016/SGP
12	Número de diárias	3,5	2
13	Valor por diária	R$ 321,00	R$ 250,00
14	**Despesas totais**		
15	R$ 1.623,50		

Na célula A15, deseja-se calcular as despesas totais geradas pelos dois favorecidos das colunas B e C. A fórmula que deverá ser digitada nessa célula é:

(A) =[B12*B13]+[C12*C13]

(B) =B13+C12

(C) =(B12^B13)+(C12^C13)

(D) =(B12+C12)*(B13+C13)

(E) =B12*B13+C12*C13

24. Considere a barra de endereços do navegador, abaixo, exibida no Google Chrome.

Os ícones do cadeado fechado e da estrela servem, respectivamente, para mostrar que o portal do TRT11

(A) é seguro e para adicionar este portal aos favoritos.
(B) está criptografado e para acessar as configurações do navegador.
(C) está bloqueado para acesso e para adicionar este portal aos favoritos.
(D) é certificado digitalmente e para acionar o modo de navegação anônima.
(E) é seguro e para acessar as configurações do navegador.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. Considere os seguintes atos:

I. Prestar informações sobre os assentamentos funcionais dos juízes e servidores para fins de promoção por merecimento ou aplicação de penalidades.

II. Julgar mandados de segurança contra atos das Turmas.

III. Julgar ações rescisórias.

IV. Homologar desistências e acordos nos dissídios individuais, apresentados antes da distribuição e após o julgamento do feito.

V. Presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência.

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 11ª Região, a competência para a prática desses atos, respectivamente, é do

(A) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal, Presidente da Turma e Corregedor.
(B) Corregedor, Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal e Vice-Presidente.
(C) Corregedor, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Presidente da Turma e Vice-Presidente.
(D) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente da Turma, Tribunal Pleno e Presidente do Tribunal.
(E) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Vice-Presidente e Corregedor.

---

26. Um Desembargador e um Juiz de Primeira Instância sofreram pena de advertência em processos iniciados por membros do Tribunal, após deliberação do Pleno. O Juiz de Primeira Instância deixou de figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de um ano, contado da imposição da pena. A forma como foi conduzida a sessão contrariou o Regimento Interno do TRT da 11ª Região em

(A) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância e a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura.

(B) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Desembargadores e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.

(C) um aspecto, uma vez que não há previsão legal para a exclusão da lista de promoção por merecimento.

(D) três aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância, a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.

(E) um aspecto, uma vez que não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.

---

27. No que se refere à ordem dos serviços no TRT da 11ª Região, seu Regimento Interno estabelece que

(A) recurso mandado subir em agravo de instrumento não gera distribuição mediante compensação ao relator do acórdão.

(B) serão encaminhados ao Ministério Público do Trabalho somente os processos em que figurar como parte a Fazenda Pública, o próprio Órgão Ministerial ou, ainda, se versar sobre interesse de incapaz sem assistência ou representação.

(C) os processos de competência originária terão como revisor nato o Desembargador Vice-Presidente.

(D) conflito de competência ou de atribuições depende de publicação e pauta.

(E) haverá revisor nos processos de competência recursal.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

28. A proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência encontra guarida no Poder Judiciário, conforme regula a Lei nº 7.853/1989, e estabelece que

(A) as ações judiciais para esse fim podem ser propostas por associação constituída há mais de seis meses, nos termos da lei civil.

(B) todas as ações judiciais para esse fim correm em segredo de justiça.

(C) uma vez proposta a ação judicial para esse fim, o interesse público impede a desistência ou abandono da ação.

(D) autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência podem propor as medidas judiciais destinadas a esse fim.

(E) a sentença proferida em ação judicial para esse fim terá, em todos os casos, eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.

---

29. Alunos de um curso de Direito participaram de um evento organizado pelo Governo do Estado do Amazonas sobre os direitos das pessoas com deficiência. A primeira discussão tratou dos seguintes temas relacionados à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I. O desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.

II. A adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

III. O desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência.

IV. O fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos.

V. A fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

Para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e nos termos do Decreto nº 3.298/1999, esses temas são conceituados, respectivamente, como:

(A) instrumento, princípio, diretriz, objetivo e instrumento.

(B) princípio, diretriz, objetivo, instrumento e instrumento.

(C) princípio, princípio, diretriz, instrumento e objetivo.

(D) diretriz, princípio, instrumento, princípio e objetivo.

(E) objetivo, princípio, princípio, diretriz e diretriz.

---

30. No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

(A) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.

(B) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.

(C) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.

(D) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

(E) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, sofreu modificações ao longo de sua história. Ao adotar a perspectiva crítica apoia-se

(A) na vertente teórico-metodológica com inspiração marxista, no entanto, reconhece que a pluralidade sem hegemonia é o melhor caminho para o estabelecimento de um método de compreensão do campo profissional.

(B) na perspectiva compreensiva que constrói um tipo ideal para análise e leitura da realidade com base numa vertente weberiana e supera totalmente os fundamentos judaico-cristãos.

(C) no método fenomenológico, que permite ao serviço social compreender a totalidade da luta social a partir da reconstrução das partes e, com isso, reestabelecer um campo de intervenção a partir dos sujeitos concretos.

(D) na construção do método único, editado pelo Serviço Social norte-americano, que reconhecia a necessidade das lutas sociais como principal campo de intervenção da profissão.

(E) na vertente teórico-metodológica com inspiração marxista e define seu compromisso com as demandas das classes subalternas, expressas em suas mobilizações.

32. A cidadania, no contexto contemporâneo, configura-se como:

(A) dependência única da vontade de seus sujeitos e avanço da formalização das leis que se reportam aos direitos sociais.

(B) transformação da vida social, considerando as contradições sociais da sociedade moderna.

(C) conquista da liberdade como forma de regime político que, no seu limite, transcende da democracia para o anarquismo.

(D) modalidade de regime político que reconhece o direito de poucos, sobretudo daqueles que se inserem no mercado de trabalho.

(E) aplicação dos valores liberais, não se constituindo como pauta do trabalho e de seu significado na vida social.

33. No mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva,

(A) o trabalhador deixa de ser considerado como polivalente.

(B) o novo modelo de organização produtiva retoma o Taylorismo, adotando a diminuição da carga horária de trabalho.

(C) acentuam-se a flexibilização, precarização, fragmentação e terceirização das forças produtivas.

(D) ocorre maior valorização do trabalho intelectual do que o material, dividindo quem pensa de quem executa.

(E) observa-se alteração dos fundamentos da relação capital trabalho com a diminuição da exploração capitalista.

34. Segundo Pochmann, as relações de trabalho sofrem alterações no começo do século XX sustentadas em:

(A) diminuição das atividades do setor terciário, sobretudo porque o setor de serviços utiliza-se de mecanismos que dispensam o trabalho presencial.

(B) forte vínculo da mão de obra com o setor agrícola que, pela mecanização, ampliou o leque de profissões.

(C) regularização do direito de trabalho diferenciado para as mulheres, impondo salários iguais entre homens e mulheres que desenvolvem as mesmas funções.

(D) adoção de novas tecnologias, porém isso não abriu a perspectiva da intensificação do trabalho e da garantia de enormes ganhos de produtividade.

(E) jornadas de trabalho de até oito horas diárias; regulação do trabalho do adolescente; conquista do benefício da aposentadoria a partir de 30-35 anos de trabalho.

35. Em conformidade com a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social, na tipificação dos serviços socioassistenciais, no que se refere às provisões, as ofertas do trabalho institucional devem ser organizadas em dimensões. A saber:

(A) ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social essencial ao serviço.

(B) nome do serviço, origem dos usuários, nível de proteção básica e especial de alta e média complexidade.

(C) diferentes tipos de demandas, objetivos, recursos humanos e instituição da diretoria do serviço.

(D) objetivos, capacidade gerencial, qualidade técnica dos trabalhadores e voluntários, além do acesso ao serviço.

(E) vigilância sanitária, definição do trabalho social e normativas referentes aos serviços socioassistenciais, sobretudo de alta complexidade.

36. Ao longo dos últimos anos, o Brasil teve uma ampliação dos direitos sociais no que tange à seguridade não contributiva, incluindo o direito à renda transferida. Dentre eles, destaca-se o

(A) benefício de Renda Mensal Vitalícia – RMV destinado aos trabalhadores do campo sem vínculo empregatício e previdenciários por um período mínimo de 20 anos de trabalho que deve ser comprovado com a declaração do empregador.

(B) programa Bolsa Escola que vigorou até 2004 e tinha como principal objetivo o acesso à educação de crianças e adolescentes, e o valor do benefício era calculado especificamente pelo número de filhos.

(C) programa Bolsa Família destinado apenas à parcela da população que não se enquadra nos critérios de filhos em idade escolar, ou seja, destinado a grupos familiares compostos pela população economicamente ativa.

(D) Benefício de Prestação Continuada – BPC destinado a pessoas com deficiência incapazes para o trabalho e idosos com mais de 65 anos, em ambos os casos com renda familiar inferior a 1/4 do salário mínimo.

(E) Salário Família, que complementa a renda familiar, nos casos de famílias com mais de 3 filhos com idade abaixo de 16 anos, sendo que o valor máximo do rendimento não pode ultrapassar 2 salários mínimos.

37. A oferta de serviços e benefícios no âmbito da Seguridade Social Brasileira, segundo o Decreto nº 3.048/1999, tem por princípios e diretrizes:

I. universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

II. irredutibilidade do valor dos benefícios, de forma a preservar-lhe o poder aquisitivo; equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.

III. caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) III, apenas.
(E) I, II e III.

38. Nos últimos anos, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, incluiu um grande número de profissionais em sua rede de serviços e na gestão desse sistema. Regulamentada pela Norma Operacional Básica – NOB- SUAS/2012, as equipes de referência são constituídas por

(A) trabalhadores de todas as áreas de conhecimento que compreendam a função social do Estado e se coloquem em defesa dos direitos sociais, sendo importante capitanear os técnicos de outras políticas públicas que queiram atuar no âmbito da assistência social.

(B) trabalhadores de diferentes níveis de formação, do fundamental ao superior, que atuam na rede de serviços socioassistenciais em nível de proteção básica e especial. Adota-se como importante que se preservem os vínculos formais pautados na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

(C) servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

(D) profissionais formados em serviço social, psicologia social, musicólogos e pedagogos que atuam nos serviços de proteção básica, especialmente no âmbito do Serviço de Atenção Integral à Família e nos Serviços de Convivência Social, destinados a idosos, jovens e crianças.

(E) trabalhadores com vínculo profissional público organizados em equipes multiprofissionais compostas com as equipes/profissionais das organizações da sociedade civil – ONGs no campo socioassistencial, de modo a favorecer a integração das redes pública e privada.

39. O exercício profissional do Assistente Social pode ser qualificado e adquirir competência na medida em que, no seu cotidiano, tenha como perspectiva

(A) desvestir-se dos projetos profissionais em torno da construção de um campo puramente interdisciplinar.

(B) desconstruir a leitura da compreensão da sociedade de classes e da questão social como eixos fundantes para a profissão.

(C) reiterar o instituído, mantendo-se circunscrito ao seu relato e à elaboração de manuais prescritos voltados ao como fazer.

(D) impulsionar o protagonismo político dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública.

(E) valorizar as rotinas institucionais, considerando que os movimentos da realidade não são passíveis de serem apropriados pelo profissional.

40. O Assistente Social atua no âmbito sócio-institucional das políticas sociais. Ao tratar do exercício profissional, competência e habilidades nesse campo, Vera Maria Ribeiro Nogueira contextualiza o avanço do modelo neoliberal. Diante disso, ela afirma que há necessidade dos Assistentes Sociais se posicionarem

(A) de forma a negar a ruptura com o conservadorismo e firmar o compromisso com a justiça social, com os direitos humanos e com a democracia, pois tais pressupostos figuram no âmbito da luta política mais ampla e não se restringem ao campo profissional.

(B) pela ação conformista e alienadora individual, evidenciando a legitimidade da atual postura ético-política aceita e praticada pela categoria profissional, no entanto, ela defende a necessidade dos trabalhadores de serviço social se organizarem por meio de produção.

(C) valorizando a dimensão política de contestação a uma ordem hegemônica perversa, viabilizando ações criativas na linha de sedimentar forças políticas, a partir do reconhecimento do quadro de necessidades sociais que deixam de ser atendidas em nome de prioridades econômicas excludentes.

(D) reconhecendo que o projeto neoliberal não traz grandes transformações, no campo social, que incidam no cotidiano dos Assistentes Sociais. Portanto, torna-se imperioso que haja aprofundamento desse debate no campo do ensino e pesquisa.

(E) a favor de que as análises macroscópicas do fenômeno neoliberal não refletem a realidade cotidiana dos Assistentes Sociais, que, em sua maioria, reconhecem a ampliação dos direitos sociais como consequência da concessão do Estado.

41. Na coordenação de um projeto social, durante o processo de avaliação, o Assistente Social deve

(A) atentar-se para os fatos que compõem a realidade, entendendo-a fora do contexto dialético, pois este conceito reconhece apenas a leitura das políticas sociais e não atinge seu campo de efetividade.

(B) considerar as dimensões: histórica, econômica, política e social integradas e articuladas, compondo uma totalidade. Além das provisões, gestão e articulação com os direitos afiançados.

(C) compreender cada parte do projeto como explicativa em si mesma. Isolar e entender que cada ponto da proposta permite uma leitura aprofundada. Essa análise deve ser o máximo possível composta da neutralidade do avaliador.

(D) fazer um estudo privilegiando apenas a perspectiva das demandas e necessidades, pois essas respondem de forma específica à linha de avaliação, além de permitir identificar o objetivo com mais clareza.

(E) considerar como indicador mais fundamental o orçamento e os gastos, pois, a partir destes, se pode avaliar a extensão e o cumprimento das metas estabelecidas e, ainda, identificar a direção da ação.

42. No campo sociojurídico, assim como em outras áreas de intervenção, o Assistente Social, ao atender indivíduos e famílias, faz uso do estudo social, que tem por finalidade

(A) avaliar a situação socioeconômica dos destinatários dos serviços de plantão social para a concessão ou não de benefícios socioassistenciais. Na área sociojurídica as demandas estão alocadas principalmente no Benefício de Prestação Continuada.

(B) construir, em conjunto com os profissionais da equipe, a história de vida do usuário que está em atendimento, partindo sempre da visão dos demais Assistentes Sociais que já atenderam esse cidadão.

(C) estabelecer um elo entre a família atendida e o profissional, sendo considerado um instrumento fundamental para o estudo de caso. Todo estudo social deve conter dados referentes à situação socioeconômica de cada um dos membros da família, considerando família aquela formalmente constituída.

(D) conhecer e analisar a realidade social pautada numa linha explicativa que permita a compreensão crítica das expressões da questão social, sobretudo seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, além de considerar as desproteções sociais e violações de direitos.

(E) conhecer a história de vida e das condições reais que compõem o cotidiano do indivíduo que está em atendimento, no entanto essa atividade deve ser realizada apenas a partir do quinto encontro, ou seja depois que os vínculos já foram estabelecidos.

43. Os Assistentes Sociais devem conduzir sua prática profissional por um código de ética. Para Lúcia Barroco, a conduta ética do Assistente Social, considerando os limites da sociedade burguesa, se objetiva por meio

I. de um conjunto de valores que se estabelece pela égide moral e religiosa na medida em que ao longo da história nunca foi possível se desvestir dos preceitos religiosos, incidindo nos compromissos com o bem comum e com os direitos sociais. Nesse caso, o bem comum está concebido pelo pensamento hegemônico.

II. de ações conscientes e críticas, do alargamento do espaço profissional, quando ele é politizado – o que implica o compartilhamento coletivo com outros profissionais e o apoio das entidades e dos movimentos sociais organizados. Isso torna possível uma ação ético-política articulada ao projeto coletivo, adquirindo maiores possibilidades de respaldo nos momentos de enfrentamento e de resistência.

III. da categoria histórica e social que, em relação às formas diferenciadas de cultura e princípios valorativos, respondem à ação ético-política da classe dominante com determinações que se integram no âmbito intencional subjetivo, sobretudo porque permitem a construção de um arcabouço temporal de valoração.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) III, apenas.
(E) I, II e III.

44. O trabalho do Assistente Social se realiza no âmbito das instituições que estão envoltas num desenho burocrático e, muitas vezes, acabam por definir um campo de tensionamento. Segundo Berenice Couto, cabe ao profissional

(A) desenvolver projetos e práticas profissionais cujas soluções se mantenham circunscritas nos requisitos da instituição e, em caso de necessidade, reinterpretando as demandas da população para que se ajustem sempre às ofertas da instituição.

(B) reproduzir o projeto institucional, na medida em que os desenhos institucionais sempre se pautam pelo saber científico definido a cada membro da equipe multiprofissional, constituindo um campo de atuação que respeita seu saber técnico-científico.

(C) conhecer com profundidade os posicionamentos éticos da instituição e cumpri-los, mesmo que estes estejam em dissonância com o código de ética profissional, pois nesse campo de tensionamento a estrutura burocrática tem prevalência.

(D) estabelecer um campo de ação e projetos que sejam pontos de agregação da população demandatária. O profissional deve pautar-se e se posicionar claramente sobre como pretende atender às demandas e como a população pode exercer o controle do trabalho a ser executado.

(E) conhecer os projetos interventivos de outros profissionais e estabelecer um campo de forças e de disputa, pois a estrutura burocrática se representa por sua dominação e disciplina, que emergem nas instituições tidas como garantidoras de direitos sociais. Nesses casos não existem escolhas estratégicas.

---

45. A política social no neoliberalismo tem como marcas:

I. as relações de classe e conflito social, englobando uma teoria econômica, uma sociológica, um método filosófico e uma visão revolucionária da mudança social.

II. liberação e flexibilização do mercado; redistribuição da renda em favor do lucro; desoneração dos governos com a proteção social e adoção de políticas monetárias como reguladoras do equilíbrio.

III. medidas estatais universalizantes para as políticas sociais, pois cabe ao Estado intervir integralmente no enfrentamento da questão social.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I, II e III.

(C) I e III, apenas.

(D) III, apenas.

(E) II, apenas.

---

46. Ao atuar em uma situação de violência doméstica, o Assistente Social deverá, segundo estabelece a Lei nº 11.340/2006, esclarecer que as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida. Sendo que:

I. as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

II. as medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

III. poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) III, apenas.

(E) I, II e III.

47. A erradicação do trabalho infantil é importante para o avanço dos direitos humanos. Ao atuar como Assistente Social, é necessário considerar:

(A) é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e horário especial para o exercício das atividades.

(B) é proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos de idade. A formação técnico-profissional deve ser oferecida por instituições preparadas para respeitar a escolaridade dos adolescentes e adotar medidas que favoreçam seu especial estágio de desenvolvimento.

(C) o Brasil é signatário do acordo internacional da Organização Internacional do Trabalho – OIT para erradicar o trabalho infantil e juvenil nas suas piores formas, sendo admissível que o cumprimento de metas seja progressivo e assim definido: até 2018 toda criança até 12 anos deverá estar fora do trabalho; até 2025, adolescentes menores de 16 anos não poderão desenvolver qualquer trabalho, a não ser na condição de aprendiz.

(D) a formação profissional para crianças e adolescentes é admissível a partir de 12 anos, desde que haja uma autorização especial do Conselho Tutelar ou do Juiz da Vara da Infância e da Adolescência. Além disso, os serviços que oferecem essa formação devem estar registrados no Conselho Municipal de Educação.

(E) a atuação do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, no que concerne ao trabalho infantil, só poderá ser realizada de forma integrada e em parceria com outros órgãos fiscalizadores no campo da aprendizagem, tais como o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA e o Conselho Municipal do Trabalho – CMT.

---

48. A saúde do trabalhador, incluída como campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS deve ser entendida como

(A) um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o trabalhador.

(B) um conjunto de ações que proporciona ao trabalhador o conhecimento e a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

(C) um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

(D) ações desenvolvidas no âmbito da previdência social, executadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS destinadas a garantir o processo de habilitação e recuperação das sequelas advindas de acidente de trabalho. Tais ações também podem ser desenvolvidas em parceria com a rede pública de saúde.

(E) ações de saúde especializadas em medicina laboral para a manutenção do bem-estar dos trabalhadores, que desenvolvem protocolo previsto na Lei nº 8.080/1990 e dá providências sobre os direitos da sociedade como um todo, e dos trabalhadores em específico no que tange ao acesso à saúde.

---

49. Considerando a necessidade de ações preventivas sobre o uso indevido de drogas, um Assistente Social deverá propor projeto de socialização de informações e capacitação entre os trabalhadores da instituição. Para tanto, deverá tomar como parâmetro as diretrizes da política nacional sobre drogas no que se refere a:

I. dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

II. promover, estimular e apoiar a capacitação continuada, o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, com a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo, possibilitando que esses se tornem multiplicadores, com o objetivo de ampliar, articular e fortalecer as redes sociais, visando ao desenvolvimento integrado de programas de promoção geral à saúde e de prevenção.

III. fundamentar as campanhas e programas de prevenção em pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas consequências, de acordo com a população-alvo, respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais, especialmente nos aspectos de gênero e cultura.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) III, apenas.
(E) I, II e III.

50. O Assistente Social do TRT recebeu denúncia de que, em uma unidade de saúde, uma trabalhadora apresentava-se como Assistente Social. No entanto, sua formação não correspondia à função. Diante dessa situação, sua providência deve ser

(A) comunicar o fato ao setor de fiscalização do TRT para que emitam uma notificação formal à trabalhadora por falsidade ideológica.

(B) comunicar o fato ao Conselho Regional de Serviço Social que tem como atribuição, entre outras, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região.

(C) apresentar denúncia sobre o fato ao Conselho Municipal de Saúde por ser a instância com investidura para o controle social dessa política pública.

(D) comunicar o fato, em requerimento próprio, ao Conselho Nacional de Assistência Social, pois este, a partir de 1993 assumiu as funções do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS.

(E) representar o trabalhador junto ao Ministério Público Federal dada a gravidade da denúncia de falsidade ideológica.

51. Um Assistente Social é procurado por um servidor que relata sobre a determinação judicial atribuída a seu filho, que foi a aplicação de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida – LA. A política pública responsável pela prestação desse serviço é

(A) Assistência Social.
(B) Educação Estadual.
(C) Educação Municipal.
(D) Segurança Pública.
(E) Vara da Infância e da Juventude.

52. A Assistência Social foi instituída no campo da seguridade social na Constituição Federal de 1988. Reconhecê-la como política pública significa

(A) considerá-la como política transversal porque possibilita acessos materiais que não são disponibilizados pelo mercado aos comprovadamente pobres.

(B) garantir o enquadramento legal do beneficiário como carente e necessitado.

(C) reafirmar o seu caráter compensatório que se ajusta às demais políticas públicas, sobretudo da área econômica, tendo como horizonte a adequação do homem às regras estabelecidas no mercado de trabalho.

(D) valorizar a realização de práticas assistencialistas, marcadas pela caridade, que passam a receber apoio da esfera pública.

(E) instituí-la no campo dos direitos, da universalização de acesso e da responsabilidade estatal.

53. Yazbek (2008) afirma que a política social brasileira encontra na Constituição Federal de 1988 uma nova arquitetura institucional e ético-política. Nessa linha, compreende-se que o desenvolvimento da política social

(A) parte de interesses que são neutros, na medida em que o Estado mantém total autonomia em relação à sociedade.

(B) faz parte de um conjunto de iniciativas públicas e privadas que objetivam realizar no âmbito da esfera privada a inclusão em serviços e renda.

(C) organiza-se de forma a ter como foco de intervenção a cobertura das situações de vulnerabilidade social, ficando sob a responsabilidade do mercado a equalização de oportunidades e o consequente combate à pobreza com vistas à melhoria da qualidade de vida.

(D) refere-se sempre a relações sociais concretas e como parte das respostas que o Estado oferece às expressões da *questão social*, situando-se no confronto de interesses de grupos e classes sociais.

(E) exige, sob a ótica da cidadania uma abordagem que estabeleça medidas de "gestão da pobreza" nas quais a solidariedade e o exercício da responsabilidade social devem se constituir como referência para essa medição.

54. A fase da "acumulação flexível", que ocorreu na década de 1990 para os anos 2000, afetando as condições de acumulação capitalista, tem como traço principal

(A) a regulamentação dos mercados com o estabelecimento de subsídio público como forma de incentivar o uso da tecnologia eletromecânica nas empresas pela massa de trabalhadores.

(B) a redefinição do processo de produção de mercadorias que altera a organização da produção e do trabalho com o desenvolvimento da polivalência e multifuncionalidade e maior produtividade do trabalho.

(C) o crescimento dos direitos sociais aliado ao incentivo no processo de negociação coletiva por intermédio dos sindicatos organizados por locais de trabalho.

(D) a nacionalização da produção e consequente aumento dos postos de trabalho.

(E) a reafirmação das tecnologias tradicionais no processo de produção, sobretudo nos aspectos técnicos e operativos de intervenção.

55. Um Assistente Social ao ser chamado para desenvolver um trabalho interdisciplinar com um grupo de servidores que vem apresentando absenteísmo no serviço, deverá

(A) abordar o caso, a partir do próprio trabalho teórico e metodológico do Serviço Social, considerando a justaposição das diferentes áreas do conhecimento que é característica de um trabalho interdisciplinar.

(B) defender a visão unidimensional inerente à realidade social expressa em seu cotidiano profissional referente às situações enfrentadas por esse grupo de servidores.

(C) propiciar a discussão da realidade e análise dos dados, contribuindo para que a interpretação de cada área seja realizada de tal forma que o objeto pensado seja único e compreendido em suas múltiplas dimensões.

(D) apoiar a junção dos profissionais para que se acomodem os interesses das várias áreas do conhecimento sobre a situação apresentada.

(E) defender uma teoria específica e um método novo de intervenção, que é característica da ação interdisciplinar.

56. Maria, vítima de violência, necessita de cirurgia plástica para reparação das lesões que foram provocadas por agressão comprovada. O centro de saúde pública que a atendeu não informou sobre a possibilidade de acesso gratuito à respectiva cirurgia. A ausência desse informe previsto, sujeita o responsável dessa unidade pública a:

I. multa no valor do décuplo de sua remuneração mensal.

II. perda da função pública.

III. proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de quatro anos.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) II e III, apenas.

57. Em um estudo sobre a realidade dos servidores que integram a equipe do Tribunal Regional do Trabalho, identificou-se a existência de trabalhadores que fazem uso abusivo de álcool. Tendo como referência a Política para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, a compreensão do Assistente Social será a de que

(A) há, na perspectiva dessa política, uma lógica binarizante, rigidamente delineada, cujo eixo principal de tratamento parte da associação do uso das drogas com comportamento antissocial ou criminoso.

(B) a questão do uso de álcool está relacionada a problemas familiares, desconectada do contexto socioeconômico mais amplo, portanto, um problema de ordem privada e não de saúde pública.

(C) a abordagem da redução de danos reconhece cada usuário em suas singularidades, traçando estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida.

(D) deve ocorrer a responsabilização do usuário, conscientizando-o das várias oportunidades que lhe foram oferecidas durante a sua trajetória de vida, especialmente no ambiente de trabalho, a fim de contribuir com o tratamento, o futuro resgate de sua autonomia e a superação da dependência química.

(E) o usuário de álcool é considerado um doente que requer internação para separação do convívio social, objetivando que o tratamento com o uso da estratégia da abstinência alcance o resultado esperado, que é a cura, e, assim, não ter uma abordagem de tutela, como o previsto na modalidade de redução de danos.

58. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar da perda ou suspensão do poder familiar, estabelece que

(A) a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha.

(B) a falta ou a carência de recursos materiais por parte da família é motivo suficiente e, para tanto, deve ocorrer a colocação da criança ou adolescente em família substituta ou acolhimento institucional e posterior encaminhamento para o processo de adoção.

(C) o procedimento para que isso ocorra é provocado somente pelo Ministério Público, órgão responsável por colher todas as provas para instrução processual, estando impedido de fazê-lo mesmo aquele que tenha legítimo interesse.

(D) a decretação da suspensão do poder familiar, mesmo que haja motivo grave, ocorrerá após o julgamento definitivo da causa, sendo desconsiderada qualquer hipótese de a autoridade judiciária fazê-la liminar ou incidentalmente.

(E) a decretação ocorre pelo Ministério Público, após ouvido o Poder Judiciário, o Conselho Tutelar, a Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão congênere, a Secretaria Municipal de Educação e a família.

59. O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, ao prestar atendimento a uma criança que cometeu um ato infracional, é responsável pela aplicação de medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse caso, a medida a ser aplicada é a

(A) advertência.

(B) prestação de serviços à comunidade.

(C) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família e da criança.

(D) obrigação de reparar o dano.

(E) internação em estabelecimento educacional.

60. O Assistente Social, ao prestar informação a uma família sobre os direitos da pessoa idosa, aborda o que está disposto no Estatuto do Idoso. A infração administrativa, constante no Estatuto, se configura quando

(A) o idoso é abandonado em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado.

(B) há a negação de emprego ou trabalho, por motivo de idade.

(C) ocorre a recusa de prestação de assistência à saúde, sem justa causa.

(D) o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência deixa de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento.

(E) há a retenção do cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, assim como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida.

61. O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que, quando necessária, a avaliação da deficiência será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, e deverá considerar:

I. os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
II. os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
III. a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I, II e III.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) II e III, apenas.

62. Considerando a necessidade de identificação das pessoas com deficiência em todo território brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015, criou o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão). Quanto a esse Cadastro, é correto afirmar:

(A) O Cadastro-Inclusão será administrado pelo Poder Executivo Municipal que constituirá base de dados de cadastros preenchidos pelas empresas, entidades públicas e privadas que possuam em seu quadro de funcionários e/ou de atendimento, pessoas com deficiência.

(B) Os dados constituintes do Cadastro-Inclusão serão obtidos exclusivamente por meio da realização de censos nacionais, coincidentes com os períodos de pesquisa já estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cujo formulário será acrescido de informações mais específicas e detalhadas.

(C) Os dados do Cadastro-Inclusão deverão ser afixados em local público, de fácil acesso e de grande circulação de pessoas, para que, em cumprimento à legislação da transparência, todos os interessados tenham livre acesso.

(D) A feitura do Cadastro-Inclusão está destinada a pessoas com deficiência com renda familiar de até três salários-mínimos ou renda *per capita* de até 1/2 salário-mínimo, seguindo os mesmos critérios do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, considerando a perspectiva de inclusão desse segmento às políticas sociais.

(E) o Cadastro-Inclusão é o registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, assim como das barreiras que impedem a realização de seus direitos.

63. "Joana tem 30 anos de idade, é alfabetizada e viúva. Reside em ocupação com 5 filhos. Durante todo o tempo em que conviveu com o companheiro sofreu violência doméstica. Trabalha em serviços esporádicos, muitas vezes insalubres e informais. Um dos filhos encontra-se em situação de violação de direitos, estando em atividade de trabalho infantil". Ao se deparar com essa realidade e pautar o seu trabalho numa perspectiva teórico-crítica, o Assistente Social atuará

(A) a partir dos dados imediatos e como eles se apresentam, pois permitem estabelecer uma classificação e manipulação da realidade social, o que possibilita a mudança de comportamento e atitudes da família para a superação e enfrentamento da situação de vulnerabilidade social.

(B) a partir do desenvolvimento de ações pragmáticas que visem ao controle e ao ajustamento dos membros da família à ordem estabelecida, considerando o contexto harmônico e interesses comuns presentes nas relações sociais capitalistas.

(C) sob a perspectiva de totalidade, de forma a extrapolar a realidade imediata, compreendendo as complexas determinações sociais, as expressões da vida cotidiana, a análise dialética desta realidade, seu movimento e suas contradições.

(D) a partir de uma abordagem parcial da realidade e utilizando suporte técnico elementar para que o atendimento seja focalizado na situação explicitada.

(E) inicialmente identificando a situação, valorizando a dicotomia existente entre teoria e prática que demarca seu campo de intervenção, e restringindo-se às demandas do mercado de trabalho.

---

64. Yazbek (2001) refere-se ao "tempo miúdo do trabalho cotidiano" para explicitar que a questão social está presente nas diversas situações que chegam ao profissional como necessidades e demandas. Para a autora, a questão social deve ser compreendida como

(A) expressão das desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

(B) existência de problemas sociais e pobreza produzidos no seio das próprias famílias e que devem ser por eles enfrentados com o suporte estatal, isentando a sociedade de classes de seu encargo perante a produção das desigualdades sociais.

(C) uma situação natural provocada pelo sistema capitalista que aponta para a dimensão individual e isolada que afeta determinados segmentos étnicos, raciais e de orientação sexual.

(D) a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, cujo enfrentamento ocorre por meio da prestação de assistência aos comprovadamente pobres, sendo que tal ação integra o rol dos deveres morais da sociedade e do Estado.

(E) sequelas sociais que integram a esfera privada, cuja superação depende de uma decisão de foro íntimo dos cidadãos, para colaborar e serem solidários no atendimento assistencial dessa camada, visando à obtenção da coesão da vida social.

---

65. A diretriz da descentralização político-administrativa prevista na Constituição Federal de 1988, no campo da política social, é concebida como

(A) delegação de poder da periferia para o centro, isto é, do nível subnacional para o nacional.

(B) uma nova institucionalidade pública relacionada ao processo de democratização, com o reconhecimento de novos atores e espaços políticos de participação com a partilha de poder entre o Estado e a sociedade.

(C) transferência de encargos e de responsabilidades da esfera federal para as esferas estaduais e municipais e, ao mesmo tempo, concentração de poder pelo Estado, dissociando-o do processo de democratização.

(D) constituição de um espaço público não estatal, tornando o Estado mais flexível e competente à absorção das demandas e necessidades da população, por meio de iniciativas de desestatização descentralizada.

(E) concorrência no âmbito do Estado que envolve as relações intergovernamentais, enfraquecendo o nível central e fortalecendo o nível local.

---

66. A elaboração de programa integra o rol de atribuições que o Assistente Social realiza no planejamento de suas ações, que caracteriza como um

(A) conjunto de operações que se realiza de forma continuada e permanente.

(B) instrumento que organiza as ações programáticas obedecendo uma sequência de tempo, considerando a racionalidade técnica e as prioridades de atendimento.

(C) estágio no qual as propostas de intervenção na realidade social alcança o *status* formal, sendo explicitado pelo referendo de um estatuto, que define metas, objetivos e recursos necessários.

(D) conjunto de atividades organizadas para realização de um objetivo, com estabelecimento de cronograma e orçamento específicos, buscando reunir as condições necessárias para o alcance das metas estabelecidas.

(E) conjunto de planos que busca objetivos comuns, construídos de forma a elaborar os objetivos gerais e específicos, que se constituirão, a partir de determinado estágio ou doravante como objetivos gerais dos planos.

67. A Lei Orgânica da Saúde estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu exercício. Tanto as ações e serviços públicos como os privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde – SUS são desenvolvidos de acordo com o princípio

(A) da parcialidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, quando a oferta se dá em municípios de pequeno porte.

(B) da fracionalidade de assistência, com foco na execução do conjunto das ações e serviços organizados por níveis de complexidade, quer sejam preventivos, curativos, individuais e ou coletivos.

(C) do direito de que a informação do estado de saúde das pessoas assistidas fique restrita ao âmbito médico, não podendo ser socializadas aos pacientes, exceto com autorização expressa da direção da unidade de saúde.

(D) da organização dos serviços públicos e privados, privilegiando a duplicidade de meios para fins idênticos.

(E) da participação da comunidade, respondendo ao pressuposto do controle social.

---

68. Conforme Gramsci (1978), *"uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se* [...]'. A partir dessa citação e considerando que o Assistente Social em seu ambiente de trabalho mantém vínculo com outros trabalhadores, seu posicionamento profissional, pautado no atual Código de Ética, deverá ser direcionado para

(A) a produção e socialização de conhecimentos, a fim de contribuir para o fortalecimento de sujeitos coletivos capazes de criar mecanismos de luta e participação na construção da hegemonia da classe trabalhadora.

(B) o investimento de projetos que visem a organização dos trabalhadores para o desenvolvimento de novos comportamentos, o que corresponde a um "aculturamento", disseminando, assim, os valores adequados às exigências da instituição e da conjuntura atual do país.

(C) a elaboração de estratégias de organização dos trabalhadores, objetivando assegurar o engajamento integral destes no cumprimento das metas estabelecidas pela instituição, evitando possíveis questionamentos e consequente diminuição e supressão de possíveis conflitos no local de trabalho.

(D) o desenvolvimento de propostas de organização dos trabalhadores, no espaço de trabalho, com objetivo de fortalecer a relação de subordinação e subalternidade existente, e promovendo, para além do ambiente de trabalho, ações que alcancem e interfiram positivamente na vida particular em relação à família e comunidade, para que os possíveis problemas pessoais não interfiram no processo de trabalho.

(E) a intensificação de aplicação de metodologias e o uso de instrumentos profissionais que contribuam com a organização dos trabalhadores de modo a exercer o controle e a disciplina sobre os mesmos e a consequente satisfação na relação instituição/trabalho.

---

69. Segundo Cardoso, no processo de trabalho, o Assistente Social utiliza a entrevista. Esse instrumento de atuação profissional

(A) tem sua eficiência demarcada, considerando o número de entrevistas realizadas.

(B) produz informações que, por questões éticas, devem ficar restritas ao profissional, não revelando o que está sendo escrito e não disponibilizando os resultados para o usuário.

(C) caracteriza-se como um bate-papo despretensioso, realizado para criar vínculo entre o profissional e o usuário para posterior coleta de informações sobre a situação vivenciada.

(D) permite a expressão de interesses e de subjetividades singulares e a compreensão de realidades que ganham expressão coletiva.

(E) é um recurso técnico que mostra a neutralidade presente na prática profissional, não sendo utilizado como instrumento de justiça social.

---

70. Para a compreensão conceitual de Estado, Potyara Pereira (2009) indica que este deve ser considerado como fenômeno

I. histórico, pois sua existência não ocorre de forma absoluta e inalterável, estando em movimento e constante mudança, contendo em si uma dinâmica que articula passado, presente e futuro.

II. relacional por proporcionar um constante jogo de oposições e influências entre sujeitos com interesses e objetivos distintos, comportando antagonismos e reciprocidades.

III. antirrelacional por estar circunscrito a si mesmo, e autossuficiente, sendo organizado e desenvolvido de forma mecânica, linear, como justaposição de elementos que se agregam e não se interpenetram.

Está correto oque se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I, II e III.

(E) II, apenas.